

## Índice

---

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanco Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	38
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	265
Preferenciais	461
<b>Total</b>	<b>726</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	84.004	86.577
1.01	Ativo Circulante	45.650	46.880
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	899	1.512
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.771	6.344
1.01.03	Contas a Receber	9.238	10.265
1.01.03.01	Clientes	7.933	8.593
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.305	1.672
1.01.04	Estoques	24.551	22.981
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.191	5.778
1.01.08.03	Outros	8.191	5.778
1.02	Ativo Não Circulante	38.354	39.697
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.514	20.519
1.02.01.03	Contas a Receber	20.514	20.519
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.514	20.519
1.02.03	Imobilizado	17.840	19.178
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.840	19.178

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	84.004	86.577
2.01	Passivo Circulante	39.051	38.412
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.874	2.861
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.938	1.876
2.01.01.01.01	Benefícios a Funcionários a Pagar	17	14
2.01.01.01.02	Honorários dos Administradores a Pagar	30	35
2.01.01.01.03	Pensões Judiciais a Pagar	15	14
2.01.01.01.04	Recisões Contratuais de Funcionários a Pagar	1.161	1.150
2.01.01.01.05	Salários de Funcionários a Pagar	715	663
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	936	985
2.01.01.02.01	INSS a Recolher	477	490
2.01.01.02.02	Contribuições Sindicais a Recolher	4	4
2.01.01.02.03	Depositos do FGTS a Recolher	455	491
2.01.02	Fornecedores	9.642	9.557
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.642	9.517
2.01.02.01.01	Fornecedores	9.078	8.526
2.01.02.01.02	Outros Compromissos	564	991
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	40
2.01.02.02.01	Fornecedores	0	40
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.253	2.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	514	670
2.01.03.01.02	Cofins a Recolher	209	199
2.01.03.01.03	IPÍ a Recolher	95	113
2.01.03.01.04	IRRF a Recolher	145	297
2.01.03.01.05	PIS a Recolher	43	44
2.01.03.01.06	CSLL-Cofins-PIS	12	5
2.01.03.01.07	Seguridade Social Retida a Recolher	10	12
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.735	1.609
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	1.735	1.609
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	4
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	21.634	21.634
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	21.634	21.634
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.004	21.004
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	630	630
2.01.05	Outras Obrigações	130	130
2.01.05.02	Outros	130	130
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	130	130
2.01.06	Provisões	2.518	1.947
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.518	1.947
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.518	1.947
2.02	Passivo Não Circulante	34.233	31.014
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.760	9.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.760	9.760
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.485	9.485
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	275	275

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2015</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2014</b>
2.02.02	Outras Obrigações	24.473	21.254
2.02.02.02	Outros	24.473	21.254
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	14.789	12.315
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	9.684	8.939
2.03	Patrimônio Líquido	10.720	17.151
2.03.01	Capital Social Realizado	23.749	23.749
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.081	1.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.110	-7.679

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	15.784	49.317	20.894	62.451
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	19.450	61.494	26.798	79.806
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-3.666	-12.177	-5.904	-17.355
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.155	-46.658	-17.945	-50.382
3.03	Resultado Bruto	629	2.659	2.949	12.069
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.595	-9.113	-3.639	-11.101
3.04.01	Despesas com Vendas	-609	-2.435	-989	-2.820
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.986	-6.678	-2.639	-8.395
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	115
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-11	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.966	-6.454	-690	968
3.06	Resultado Financeiro	63	23	-1.595	-4.191
3.06.01	Receitas Financeiras	217	592	270	978
3.06.02	Despesas Financeiras	-154	-569	-1.865	-5.169
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.903	-6.431	-2.285	-3.223
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.903	-6.431	-2.285	-3.223
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.903	-6.431	-2.285	-3.223
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.903	-6.431	-2.285	-3.223
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.903	-6.431	-2.285	-3.223

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.480	-2.426
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-3.480	-3.946
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	1.520
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-350	-164
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.217	3.012
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-613	422
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.512	260
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	899	682

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-7.679	1.081	17.151
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-7.679	1.081	17.151
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.431	0	-6.431
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.431	0	-6.431
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-14.110	1.081	10.720

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**

**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	23.749	0	0	-5.361	1.081	19.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	23.749	0	0	-5.361	1.081	19.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	3.099	0	3.099
5.04.06	Dividendos	0	0	0	662	0	662
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	2.437	0	2.437
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.223	0	-3.223
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.223	0	-3.223
5.07	Saldos Finais	23.749	0	0	-5.485	1.081	19.345

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014</b>
7.01	Receitas	61.362	79.303
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.362	79.178
7.01.02	Outras Receitas	0	125
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.158	-47.258
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.158	-47.258
7.03	Valor Adicionado Bruto	16.204	32.045
7.04	Retenções	-1.688	-1.702
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.688	-1.702
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.516	30.343
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	592	978
7.06.02	Receitas Financeiras	592	978
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.108	31.321
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.108	31.321
7.08.01	Pessoal	16.335	19.434
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.464	14.576
7.08.01.02	Benefícios	1.697	2.108
7.08.01.03	F.G.T.S.	968	2.101
7.08.01.04	Outros	206	649
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.635	9.941
7.08.02.01	Federais	3.193	6.287
7.08.02.02	Estaduais	1.199	3.419
7.08.02.03	Municipais	243	235
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	569	5.169
7.08.03.01	Juros	263	4.573
7.08.03.03	Outras	306	596
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.431	-3.223
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-6.431	-3.223

# FIBAM

REFERÊNCIA EM FIXADORES

## Release de Resultado 3T15

**Última Cotação em**
**30/09/2015**

FBMC4 - R\$ 2,30 por ação

**Total de Ações: 726.514**

FBMC3: 265.160

FBMC4: 461.354

**Valor de Mercado**
**(30/09/2015):**

R\$ 21.266,3 mil

US\$ 5.427,8 mil

São Bernardo do Campo, 12 de novembro de 2015 – A Fibam Cia Industrial – Em Recuperação Judicial (BM&FBOVSPA: FBMC3 e FBMC4), empresa líder na produção de fixadores especiais, anuncia os seus resultados financeiros relativos ao 3º trimestre de 2015 (3T15). As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e em milhares de Reais.

### Receita Operacional Líquida alcança R\$ 15,7 milhões no 3T15, aumento de 1,7% ante o trimestre anterior

#### PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de crédito, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

	3T15	2T15	Variação 3T15/2T15	3T14	Variação 3T15/3T14
<b>Receita Operacional Líquida</b>	15.784	15.525	1,7%	20.894	(24,5%)
<b>Lucro Bruto</b>	629	817	(23,0%)	2.949	(78,7%)
<i>Margem Bruta (%)</i>	4,0%	5,3%	(1,3) p.p.	14,1%	(10,1) p.p.
<b>Resultado Operacional (EBIT)*</b>	(1.951)	(2.413)	(19,1%)	(274)	NA
<i>Margem Operacional (%)</i>	(12,4%)	(15,5%)	3,1 p.p.	(1,3%)	(11,1) p.p.
<b>(Prejuízo) Lucro Líquido</b>	(1.903)	(2.492)	(23,6%)	(2.285)	(16,7%)
<i>Margem Líquida (%)</i>	(12,1%)	(16,1%)	4,0 p.p.	(10,9%)	(1,2) p.p.
<b>EBITDA**</b>	(1.390)	(1.851)	(24,9%)	293	NA
<i>Margem EBITDA (%)</i>	(8,8%)	(11,9%)	3,1 p.p.	1,4%	(10,2) p.p.
<b>Patrimônio Líquido</b>	10.720	12.623	(15,1%)	19.345	(44,6%)
<b>Dívida Líquida</b>	27.724	27.445	1,0%	25.091	10,5%

\*Lucro antes dos juros e impostos.

\*\* Lucro antes dos impostos, juros, outras despesas e receitas operacionais, depreciação e amortização.

**Contatos:**  
**José Reinaldo Mindel**
**Telefone**  
 (55 11) 2139-5323

**Email**  
 ri@fibam.com.br



## PERFIL CORPORATIVO

Com mais de sessenta anos de atuação, a **Fibam** é líder na produção de fixadores especiais para a indústria automobilística no Brasil, mantendo o compromisso de garantir segurança, qualidade, eficiência e a satisfação de seus clientes.

O portfólio da Companhia é direcionado para aplicações críticas que exigem alto grau de segurança como: motores, suspensões, freios, cintos de segurança, rodas e sistemas de direção. Além do setor automobilístico, a **Fibam** também atua no fornecimento de fixadores para eletrodomésticos, construção civil, equipamentos agrícolas, entre outros.

O relacionamento com clientes é pautado pela qualidade dos produtos, confiabilidade no prazo de entrega e foco no aprimoramento constante, o que resulta em alternativas de redução de custos para o cliente. Esses diferenciais são atestados por múltiplas premiações e certificações concedidas pelos próprios clientes e que renderam à Companhia a liderança no segmento de fixadores metálicos na América Latina. Entre outros certificados de qualidade, a **Fibam** é certificada segundo a ISO TS 16949, o que a credencia a fornecer para toda a cadeia automotiva mundial.

## PRODUTOS E APLICAÇÕES

A Fibam produz fixadores utilizados para: freios e suspensões, sistemas de direção, motos, motores, compressores, rodas, tratores, câmbios e cintos de segurança. Produtos que agregam tecnologia, pesquisa e desenvolvimento.





## CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

A tendência de deterioração dos fundamentos econômicos, já notada em trimestres anteriores, perduraram no terceiro trimestre de 2015. A retração de 2,1% do PIB (Produto Interno Bruto) no acumulado do ano até o mês de junho frente ao mesmo período de 2014 corroborou o enfraquecimento da atividade econômica e enquadrou a economia na chamada recessão técnica. Os cortes nos investimentos e o menor consumo das famílias, resultado do aumento do desemprego, renda corroída pela inflação e restrição ao crédito, aprofundaram as dificuldades com as quais convivem a Indústria, o Comércio e o setor de Serviços. Os preços administrados continuam exercendo pressão na inflação que permanece em patamares elevados. O IPCA, índice oficial da inflação, atingiu 9,77% no acumulado de 12 meses até outubro, a mais elevada desde dezembro de 2003. Diante da pressão inflacionária, o Banco Central manteve a taxa básica de juros (SELIC) em 14,25% ao ano.

A crise além de econômica é também política e isso tem impedido a aprovação do ajuste fiscal, agravando o pessimismo e reduzindo a confiança dos agentes econômicos. A falta de articulação política somada ao descontrole fiscal do Governo contribuiu para o rebaixamento da nota de crédito soberano do Brasil por uma das agências classificadoras de risco. Em consequência, a cotação do dólar disparou no terceiro trimestre, saindo de R\$ 3,14 para R\$ 3,96 ao final do trimestre.

No ambiente externo, a economia americana mostra aceleração da atividade combinada à baixa taxa de desemprego, mantendo a expectativa para elevação da taxa de juros ainda em 2015. Já a recuperação da economia global em ritmo mais lento do que o esperado continua impactando o preço das *commodities*.

Por mais um trimestre, a indústria automotiva, um dos setores mais representativos da indústria brasileira e um dos mais impactados pela crise, encerrou o 3T15 com queda na produção de veículos. Foram produzidas 614,8 mil unidades, o que representa redução de 24,9% frente ao mesmo trimestre do ano anterior segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). No acumulado do ano, a produção atingiu 1,9 milhão de veículos, número 20,2% inferior ao registrado nos nove meses de 2014. Esses dados refletem a falta de sinalizações positivas da economia associada às incertezas políticas. Ademais, a perda de poder de compra do consumidor, tanto em razão da inflação como pelo aumento do desemprego e a restrição ao crédito contribuem para a retração das vendas no setor automotivo.

A queda verificada nas vendas somada ao aumento dos estoques de veículos impôs à indústria a adoção de medidas de ajustes de produção à baixa demanda: demissões, suspensão temporária dos contratos (*layoff*), férias individuais e coletivas, licença remunerada e adesão das montadoras ao Programa de Proteção ao Emprego, que prevê redução da jornada de trabalho com redução salarial proporcional.

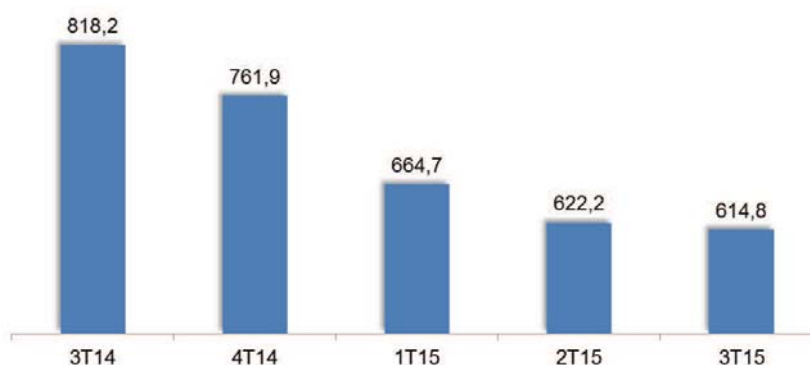
Apesar de historicamente representar um período favorável para a indústria automotiva, as expectativas para o último quadrimestre do ano, de acordo com a ANFAVEA, são de que haja uma estabilização nas vendas. Dessa maneira, se as expectativas se concretizarem, as projeções para o acumulado do ano representariam uma retração de 24% em relação ao total de unidades produzidas durante o ano de 2014.

Na Fibam, o instrumento jurídico da recuperação judicial não alterou as atividades da Companhia que tem honrado os compromissos com funcionários, fornecedores e clientes. A produção segue com a programação normal, com a eficiência e qualidade com a qual sempre foi reconhecida. Continuamos direcionando esforços para a busca do aumento da eficiência, revisando processos e reformulando as estruturas administrativas e produtivas com o objetivo de se adequar às realidades econômica e setorial. Também buscamos o aumento da prospecção com o aumento da prototipagem para entrada em novos



clientes. A Companhia está em fase de preparação para a aprovação do plano de recuperação judicial, passo fundamental para a continuação de uma história iniciada há mais de meio século.

### Produção total de veículos (mil unidades)



Fonte: Anfavea

## DESEMPENHO OPERACIONAL

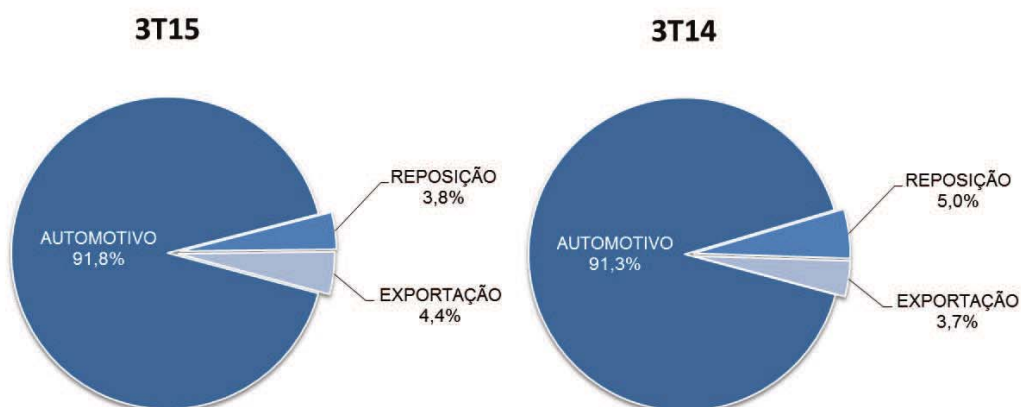
Em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou Pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de créditos, o pedido de recuperação judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa mantendo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

O ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial se deu exclusivamente em caráter preventivo e foi a alternativa encontrada pela Fibam face a escassez na oferta de crédito no mercado de capitais e a negativa de instituições para o rolamento de dívidas. A Companhia não possuía débitos ou sequer protestos de fornecedores ou atraso com empregados, à época da recuperação judicial. Aliado a um mercado altamente cadente, como demonstrado pelos números de produção de veículos e insistentemente comentado pela Companhia ao longo das últimas divulgações, sem contar com acesso a crédito a Companhia se viu obrigada a buscar uma alternativa que lhe proporcionasse o fôlego financeiro necessário para a continuidade do atendimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

A Fibam mantém em atividade sua programação de produção normalmente, comprometida com a segurança de continuidade de fornecimento aos seus clientes. Seus produtos continuam com a qualidade demandada e certificada pelas principais montadoras presentes no País, seguindo os mais rigorosos padrões. É importante não deixar de reforçar que o instrumento jurídico da recuperação judicial não afetou e não tem afetado a rotina comercial ou produtiva, com a Companhia mantendo suas atividades da mesma forma que antes do pedido de recuperação judicial.



O mercado automotivo foi responsável pela absorção de 91,8% da receita líquida de vendas enquanto os segmentos de reposição e exportação representaram 3,8% e 4,4%, respectivamente. Este último, impulsionado por um câmbio mais atrativo nas vendas para o mercado externo.

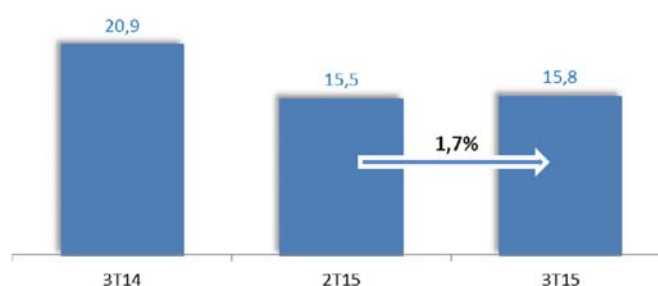


## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Fibam reportou receita operacional líquida de R\$ 15,8 milhões no 3T15, montante 1,7% superior aos R\$ 15,5 milhões registrados no trimestre anterior e 24,5% inferior à receita de auferida no mesmo trimestre do ano anterior. Os segmentos de reposição e de exportação contribuíram com aumentos de 9,45% e 3,14%, respectivamente, quando comparados com o trimestre anterior.

### Receita Operacional Líquida (Em R\$ milhões)



### Receita Operacional Líquida por Segmento

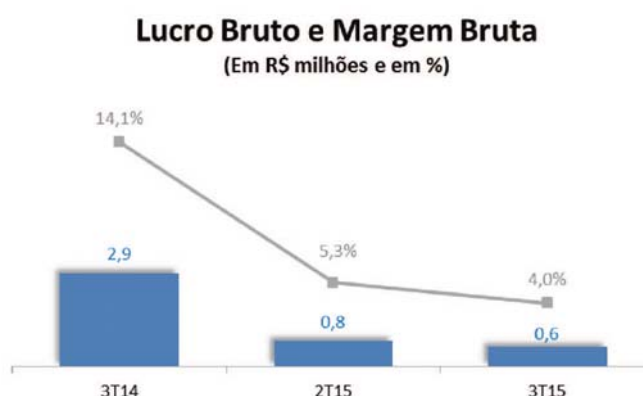
Em R\$ mil	3T15	2T15	Var.(%) 3T15/2T15	3T14	Var.(%) 3T15/3T14
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>15.784</b>	<b>15.525</b>	<b>1,67%</b>	<b>20.894</b>	<b>(24,5%)</b>
<i>Automotivo</i>	14.492	14.306	1,30%	19.069	(24,0%)
<i>Reposição</i>	602	550	9,45%	1.059	(43,2%)
<i>Exportação</i>	690	669	3,14%	766	(9,9%)



## LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 15,1 milhões no 3T15, o que evidencia aumento de 3% ante o verificado no 2T15. A participação na receita líquida avançou 1,3 p.p. atingindo 96,0%, refletindo aumento dos custos de matéria prima e mão-de-obra.

Assim, o lucro bruto no terceiro trimestre de 2015 somou R\$ 0,6 milhão, valor 23% inferior aos R\$ 0,8 milhão registrados no trimestre imediatamente anterior. A margem bruta do 3T15 alcançou 4,0%, redução de 1,3 p.p. ante o 2T15.



## DESPESAS OPERACIONAIS

Dada a dificuldade para repassar o aumento de custos, a Companhia tem procurado ser criativa na busca de soluções para a redução de despesas e aumento da eficiência. Esse processo teve seu início há mais de um ano, com a reestruturação administrativa e da produção. Alguns resultados já foram auferidos e outros, no entanto, levam mais tempo. Com isso, no 3T15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 2,6 milhões, montante 19,9% inferior aos R\$ 3,2 milhões reportados no trimestre anterior. Analisando de forma detalhada as subcontas, a Companhia registrou redução de 34,5% nas despesas com vendas que totalizaram R\$ 0,6 milhão no trimestre. As despesas administrativas somaram R\$ 1,6 milhão, valor 17,1% menor ante o 2T15. Os honorários dos administradores permaneceram estáveis entre os períodos comparados, em R\$ 301 mil enquanto as despesas tributárias tiveram aumento de 2,2%, alcançando R\$ 95 mil.

Em R\$ mil	3T15	2T15	Variação 3T15/2T15	3T14	Variação 3T15/3T14
<b>Despesas Operacionais</b>	(2.595)	(3.241)	(19,9%)	(3.639)	(28,7%)
<i>(%) sobre a Receita Líquida</i>	16,4%	20,9%	(4,5) p.p.	17,4%	(1,0) p.p.

\*Considerando despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas.

## RESULTADO OPERACIONAL - EBIT

No terceiro trimestre de 2015, a Fibam gerou Ebit negativo de R\$ 1,9 milhão ante resultado negativo de R\$ 2,4 milhões no 2T15.



## EBITDA

No 3T15, o EBITDA auferido pela Companhia foi negativo em R\$ 1,4 milhão ante R\$ 1,8 milhão negativo no 2T15. A margem EBITDA do trimestre foi negativa em 8,8%, melhora de 3,1 p.p. se comparado com o trimestre anterior. A melhora obtida é explicada pelo leve aumento da receita líquida e pelo menor volume das despesas operacionais no período de comparação. No entanto, a geração de caixa da Companhia tem sido impactada pelo desempenho do setor automotivo, por sua vez, sensíveis aos indicadores de desemprego, renda e crédito. Além disso, dada a concorrência de produtos importados, a Companhia vem enfrentando dificuldade no repasse do aumento dos custos de matérias-primas e mão-de-obra.

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado final entre as receitas e despesas financeiras foi de receita de R\$ 63 mil no 3T15 frente a despesa de R\$ 68 mil registrada no 2T15. Com o processo de recuperação judicial a Companhia não teve no trimestre compromissos com pagamento de juros relativos ao endividamento.

## LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO

A Fibam registrou prejuízo líquido de R\$ 1,9 milhão no terceiro trimestre de 2015, 23,6% inferior ao resultado líquido negativo de R\$ 2,5 milhões do trimestre anterior.

Em R\$ mil	3T15	2T15	Varição 3T15/2T15	3T14	Varição 3T15/3T14
(Prejuízo) Lucro Líquido	(1.903)	(2.492)	(23,6%)	(2.285)	(16,7%)
Total de Ações	726.514	726.514	-	726.514	-
(Prejuízo) Lucro por Ação (em R\$)	(2,6194)	(3,4301)	(23,6%)	(3,1452)	(16,7%)
Valor Patrimonial por Ação (em R\$)	14,7554	17,3748	(15,1%)	26,6272	(44,6%)

## INDICADORES DE RENTABILIDADE

No 3T15, o ROIC atingiu o percentual negativo de 17,3% enquanto no 2T15 esse indicador alcançou 13,6% negativo. Como o indicador considera os últimos doze meses, naturalmente passou a refletir os resultados negativos dos últimos períodos. O retorno sobre o PL no trimestre foi negativo em 58,9%.



Em R\$ mil	LTM 3T15	LTM 2T15	LTM 3T14
Receita Operacional Líquida	<b>68.228</b>	73.338	83.603
Lucro Líquido	<b>(8.625)</b>	(9.006)	(3.175)
Margem Líquida (%)	<b>(12,6%)</b>	(12,3%)	(3,8%)
Patrimônio Líquido Médio	<b>14.633</b>	16.849	19.068
Capital Investido Médio **	<b>46.415</b>	46.503	41.861
<b>Retorno sobre Capital Investido (ROIC) (%) ***</b>	<b>(17,3%)</b>	(13,6%)	11,8%
<b>Retorno sobre o Patrimônio Líquido (%) ****</b>	<b>(58,9%)</b>	(53,5%)	-16,7%

\* Calculado com base nos últimos 12 meses acumulados

\*\* Imobilizado + Capital de Giro

\*\*\* Resultado Operacional/Capital Investido Médio

\*\*\*\* Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio

**LTM = ÚLTIMOS 12 MESES**

## ENDIVIDAMENTO

Ao final do período encerrado em 30 de setembro de 2015, a dívida líquida somou R\$ 27,7 milhões, 1,0% maior que os R\$ 27,4 milhões registrados em 30 de junho de 2015. A relação dívida líquida / patrimônio líquido alcançou 2,6x.

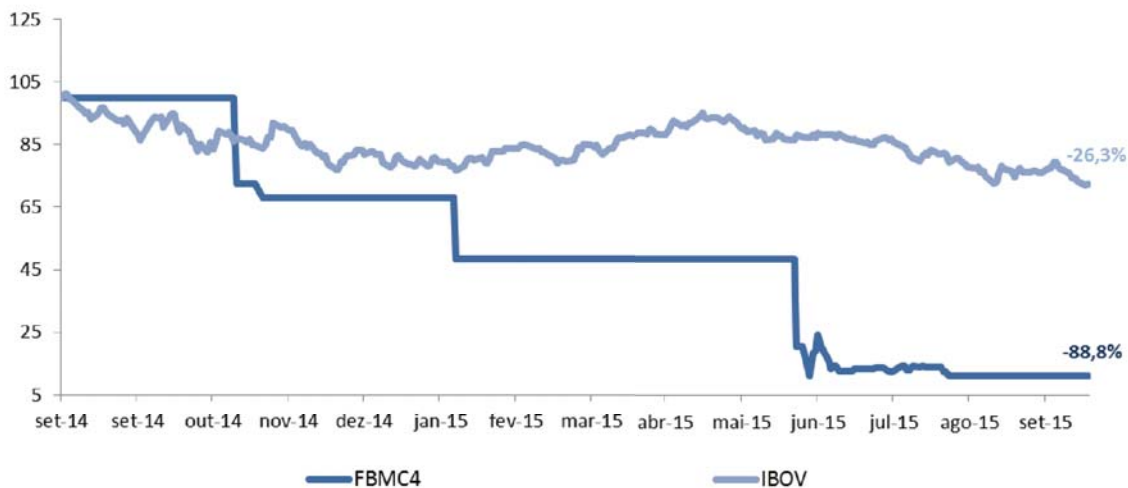
## MERCADO DE CAPITAIS

Em 30 de setembro de 2015, a cotação da ação preferencial (FBMC4) foi de R\$ 2,30, 11,2% inferior à cotação registrada ao final do trimestre anterior, R\$ 2,59. No mesmo período de comparação, o Ibovespa registrou queda de 15,1%.

O gráfico abaixo representa o desempenho das ações preferenciais da Fibam em comparação com o Ibovespa:



**Desempenho da ação**  
(Base 100 em 30/09/2014)



Fonte: Economática.

**ESTRUTURA SOCIETÁRIA**

O valor de mercado em 30 de setembro de 2015 era de R\$ 21,2 milhões, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias (FBMC3) e 461.354 preferenciais (FBMC4). Assim, a estrutura societária ficou dividida da seguinte maneira: (i) 51,35% de participação da família Paperini, (ii) 7,36% a Fama Futurevalue FIA e (iii) 41,29% de participação a outros.



## ANEXOS

## BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

ATIVO		
	30/09/2015	30/09/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>45.650</b>	<b>43.550</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	899	682
Aplicações Financeiras*	2.771	5.741
Clientes Nacionais	7.269	12.013
Clientes no Exterior	664	268
Impostos a Compensar/Recuperar	237	292
Contas a Receber	761	564
Estoques	24.551	23.225
Despesas Antecipadas	307	765
Provisão p/Recuperação Judicial	8.191	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>38.354</b>	<b>45.035</b>
Depósitos Judiciais	38	38
Outros Creditos	20.476	25.263
Imobilizado	17.840	19.734
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>84.004</b>	<b>88.585</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	30/09/2015	30/09/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>39.051</b>	<b>35.635</b>
Fornecedores Nacionais	9.078	6.044
Fornecedores no Exterior	-	71
Instituições Financeiras	21.634	21.748
Impostos a Recolher	2.253	2.172
Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar	5.392	4.990
Contas a Pagar	564	480
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar	130	130
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.233</b>	<b>33.605</b>
Instituições Financeiras	9.760	9.766
Parcel. de Tributos Federais Estaduais e Previdenciários	24.473	23.839
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.720</b>	<b>19.345</b>
Capital Social	23.749	23.749
Reserva de Reavaliação	1.081	1.081
Prejuizos Anteriores	(7.679)	(5.485)
Prejuizos do Período	(6.431)	-
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>84.004</b>	<b>88.585</b>



### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	3T15	2T15	Var. (%) 3T15/2T15	3T14	Var. (%) 3T15/3T14
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>15.784</b>	15.525	1,7%	20.894	(24,5%)
Custo dos Produtos Vendidos	(15.155)	(14.708)	3,0%	(17.945)	(15,5%)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>629</b>	817	(23,0%)	2.949	(78,7%)
<b>(DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.595)</b>	(3.241)	(19,9%)	(3.639)	(28,7%)
Vendas	(609)	(930)	(34,5%)	(989)	(38,4%)
Administrativas	(1.590)	(1.917)	(17,1%)	(1.857)	(14,4%)
Honorários dos Administradores	(301)	(301)	0,0%	(301)	0,0%
Despesas Tributárias	(95)	(93)	2,2%	(481)	(80,2%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	-	-	-	(11)	NA
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(1.966)</b>	(2.424)	(18,9%)	(690)	NA
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>					
Despesas Financeiras	(154)	(205)	(24,9%)	(1.865)	(91,7%)
Receitas Financeiras	217	137	58,4%	270	(19,6%)
Resultado Financeiro Líquido	63	(68)	NA	(1.595)	NA
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(1.903)</b>	(2.492)	(23,6%)	(2.285)	(16,7%)
<b>PREJUÍZO DO TRIMESTRE</b>	<b>(1.903)</b>	(2.492)	(23,6%)	(2.285)	(16,7%)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras


**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014**

	3T15	2T15	3T14
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Prejuízo do Trimestre	(1.903)	(2.492)	(2.285)
Ajustes para conciliar o prejuízo do trimestre com recursos			
Gerados das (aplicado nas) atividades operacionais			
Depreciações do Imobilizado	561	562	567
Apropriação de Juros sobre Financiamentos	-	-	1.278
Variações Cambiais sobre Financiamentos	-	-	93
Redução (Aumento) de Ativos Operacionais			
Aplicações Financeiras*	267	1.395	(5.741)
Duplicatas a Receber	1.002	(461)	(1.579)
Contas a Receber	(349)	(460)	(115)
Estoques	5	(989)	769
Impostos a Recuperar	2	14	27
Outros	(55)	315	600
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais			
Fornecedores	88	(61)	539
Impostos a Pagar	(723)	440	30
Contas a Pagar	17	(253)	(138)
<b>CAIXA GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.088)</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(5.955)</b>
Juros Pagos sobre Financiamentos	-	-	(1.278)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.088)</b>	<b>(1.990)</b>	<b>(7.233)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(70)	(98)	(10)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(70)</b>	<b>(98)</b>	<b>(10)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Captação de Empréstimos e Financiamentos	-	-	9.480
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	-	-	(3.912)
Parcelamento de Impostos	1.146	950	2.171
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.146</b>	<b>950</b>	<b>7.739</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.138)</b>	<b>496</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	911	2.049	186
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	899	911	682
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.138)</b>	<b>496</b>

Reclassificado \*

## Notas Explicativas

**FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL**  
**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**C.N.P.J. (MF) 61.410.395/0001-95**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia produz e comercializa fixadores, com acentuada diversificação para, praticamente, todos os setores da economia. Os produtos são de aço comum ou nobre nos mais variados tipos e acabamentos.

Com atuação bastante heterogênea, abrange, além do mercado externo, tanto a indústria automobilística e de autopeças, como indústrias de compressores de frio, nas mais diversas fases de montagem e manutenção.

Em 14 de outubro de 2014, mediante aprovação de seus administradores, a Companhia ajuizou pedido de Recuperação Judicial, na Comarca de São Bernardo do Campo, nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº.11.101/05, cujo pedido foi deferido em 13 de novembro de 2014 conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Em 14 de janeiro de 2015 a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro.

A aprovação ou não do referido plano encontra-se pendente de realização de assembléia geral de credores, que não foi realizada no prazo de 180 dias contados do deferimento do processamento do pedido judicial em razão da não apresentação de Lista de Credores Consolidada por parte da Administradora Judicial, o que motivou seus assessores jurídicos a peticionarem pedido de prorrogação de mais 180 dias, tendo como última decisão judicial obtida em 15 de setembro de 2015, a prorrogação do prazo por mais 90 dias. A Administradora Judicial se posicionou não se opondo à prorrogação do referido prazo.

Não obstante os esforços da administração na busca de renovações de suas linhas de crédito, o mencionado pedido de Recuperação Judicial configurou-se como a alternativa mais adequada para o atual momento. A medida visa preservar o valor da Companhia, sua função social e o estímulo à atividade econômica, atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores e acionistas e contingenciando de maneira responsável os recursos existentes em caixa, mantendo a segurança operacional e o compromisso com o fornecimento aos seus clientes com a qualidade com a qual sempre foi reconhecida.

## Notas Explicativas

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requeridas para os períodos findos em 30/09/2015 e 30/09/2014 e levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6404/76, com as alterações constantes nas Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941 de 27 de maio de 2009, e as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade relativas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Dessa forma, as estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos bens, análise de risco para determinação da provisão para perdas de crédito, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Não ocorreram alterações durante o trimestre findo em 30/09/2015 em relação as práticas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras publicadas por ocasião do encerramento do exercício de 31/12/2014.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

São apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06/11/2015

## Notas Explicativas

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- b) Instrumentos financeiros – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”, no período em que ocorrem.
  - Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas, em sua quase totalidade, à variação da Taxa de Juros de SELIC e, dessa forma, também aproximam do valor de mercado. Não ocorreram alterações quanto ao critério utilizado em 31/12/2014, para atualização de saldos uma vez que a Companhia aguarda a realização da assembléia com os credores para adotar novos critérios de atualização de saldos.
  - Derivativos: A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco.

## Notas Explicativas

- Contingências: A Companhia confirma não ser ré em processos judiciais ou administrativos que envolvam individualmente ou em conjunto valores relevantes.

### c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

#### i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber. A administração da Companhia considera esse risco pequeno dado o perfil dos clientes. No que diz respeito às aplicações financeiras, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e segunda linha e não ter concentração desses investimentos em um único grupo econômico.

## Notas Explicativas

### ii) Risco de obtenção de crédito

Com base no cenário econômico a Companhia se deparou com dificuldades na obtenção de crédito para financiamento do seu capital de giro, fato que forçou a Companhia a solicitar o Pedido de Recuperação Judicial em 14/10/2014, de forma preventiva, lembrando que na oportunidade não pesava contra a mesma Ações de Cobrança ou protestos. Com base no disposto, mitigou o risco de descontinuidade social e encontra-se no aguardo da aprovação de seu plano de recuperação junto aos seus principais credores, operando normalmente.

### iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. O diferimento e aprovação do processo de recuperação judicial não alteram o risco em questão.

### iiii) Riscos de mercado:

**Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Com base na parceria estabelecida por varias décadas com fornecedores de matérias primas, não existe histórico de descontinuidade de fornecimento mesmo com o pedido de recuperação judicial, o que nos impossibilita realizar qualquer tipo de projeção no momento.

**Risco com taxa de câmbio:** A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de equipamentos. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possuía obrigações irrelevantes em moeda estrangeira.

## Notas Explicativas

### d) **Análise de sensibilidade**

A Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos captados em moeda nacional).

A Companhia não utilizou as taxas de juros projetadas, face ao pedido de recuperação judicial, tornando inviável a projeção de cenários que trata a CVM, por meio da Instrução nº 475/08

### e) **Clientes e fornecedores de curto prazo**

Os resultados das análises de prazos e valores para clientes demonstraram não haver relevância que justifique ajustes a valor presente. Fornecedores se encontra em recuperação judicial, o que se impossibilita a análise de prazos e valores para ajustes.

### f) **Impostos a compensar/recuperar**

Os valores referem-se a créditos de PIS, COFINS e ICMS sobre os investimentos em imobilizado.

### g) **Estoques**

É avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, inferiores aos preços de mercado ou aos valores de realização. No caso dos estoques acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal, excluído custos de empréstimos. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil. A Fibam não possui estoques dados como penhor de garantia ou alienado a passivos financeiros. (vide nota 4).

## Notas Explicativas

### h) **Apuração do resultado e critério de reconhecimento da receita de vendas**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Fibam, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Fibam transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Fibam não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Fibam;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

### i) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. As premissas adotadas pela Administração da Companhia para as análises, inclusive de clientes são determinadas em função de prazos de recebimento de títulos em conjunto com a análise de relevância de valores. Os passivos de longo prazo estão atualizados monetariamente até a data do pedido de recuperação judicial - 14/10/2014. A Companhia aguarda a assembléia geral com os credores para adotar novos procedimentos de atualização, sendo que em 15 de setembro de 2015 fora obtida decisão estendendo o prazo por mais 90 dias para realização da assembléia com credores.

### j) **Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, construção e reavaliação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas de acordo com o método linear, levando-se em conta a vida útil econômica dos bens.

## Notas Explicativas

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, objetivando avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída estimativa para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Desde o exercício de 2.009 a empresa vem ajustando as taxas de depreciação em função da vida útil econômica estimada dos bens.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos.

### **k) Instituições financeiras**

Financiamentos em moeda nacional atualizados com base nas variações monetárias incorridas até a data do pedido de recuperação judicial 14/10/2014, os respectivos juros transcorridos foram provisionados de acordo com cláusulas contratuais. A Companhia aguarda a assembleia geral com os credores para adotar novos procedimentos e critérios de atualização.

### **l) Férias e encargos sociais a pagar**

Constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 30/09/2015 incluindo os correspondentes encargos sociais.

### **m) Programa de participação nos lucros**

As provisões para o PLR do exercício de 2015, até o 3º trimestre foram contabilizadas utilizando como base os registros de 2014, no montante de R\$ 392 mil.

### **n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes.

## Notas Explicativas

### o) Remuneração dos Administradores

Os administradores apresentados nesta nota são Diretores, o impacto no resultado do trimestre é R\$ 301 mil, conforme DVA e Demonstração do Resultado.

### 4. ESTOQUES:

<b>Contas</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Produtos Acabados	4.220	3.746
Produtos em Processo	16.282	15.483
Matéria Prima	920	736
Materiais de Consumo	1.084	1.020
Ferramentas	1.853	1.819
Peças de Manutenção e Materiais Auxiliares	192	177
<b>Total</b>	<b>24.551</b>	<b>22.981</b>

A Companhia não possui estoques correntes dados em garantia nas operações financeiras.

Não houve qualquer redução/ajustes que tenha impactado no resultado do trimestre.

### 5. OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)

<b>Contas</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Outros Créditos a Realizar (*)	20.476	20.519
	<b>20.476</b>	<b>20.519</b>

(\*) Valores correspondentes a direitos creditórios adquiridos pela Companhia para pagamento/garantia de tributos contestados judicialmente, na sua quase totalidade, Impostos e Contribuições (Imposto de Renda, Adicional de I.R. Estadual sobre antecipações, FINSOCIAL, Contribuição Social, IOF sobre importações, ICMS sobre importações e antecipações de pagamento do IPI, entre outros) e encargos financeiros incidentes sobre os mesmos. Tais créditos não foram aceitos nos juízos como pagamento/garantia das ações fiscais. Por esta razão, em 2008, foi transferido da conta “Depósitos Judiciais” para a rubrica “Outros Créditos”, no realizável a longo prazo, o montante de R\$ 20.476 mil. Em decorrência do fato, a Companhia aderiu aos processos de parcelamentos de impostos e contribuições no período de 2006 a 2008.

## Notas Explicativas

O valor de aquisição dos direitos creditórios é registrado pelo valor pago de R\$ 9.136 mil, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2002. O montante correspondente ao valor total dos direitos creditórios, atualizado até setembro de 2015, calculado pelos assessores jurídicos, é de aproximadamente R\$ 148.611 mil, cuja realização desse montante depende do desfecho final do Processo em andamento na 2ª Vara Cível, do Fórum Central da Comarca de São Paulo, que tem por objeto a nulidade de Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos e pedido de ressarcimento dos valores pagos pela compra de títulos caucionados nas execuções fiscais no período de 1996 a 1999. Até fevereiro de 2009, a Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais e atualmente o processo encontra-se em fase de liquidação de Sentença. De acordo com o parecer dos assessores jurídicos, a probabilidade de realização do crédito é superior a 60%, equivalente, portanto, a R\$ 89.167 mil, aproximadamente. Dessa forma, o valor contábil é inferior ao valor de realização e assim a Administração da Companhia decidiu manter o saldo contábil no montante de R\$ 20.476 mil em 30 de setembro de 2015.

### 6. IMOBILIZADO:

Contas	Tx. Anual Média ponderada	30/09/2015			31/12/2014
		Custo	Deprec.	Líquido	Líquido
Terrenos (*)	-	1.242		1.242	1.242
Edificações	3,96%	5.311	(3.681)	1.630	1.539
Máquinas e Equipamentos	9,11%	57.407	(42.983)	14.424	15.646
Móveis e Utensílios	9,77%	699	(602)	97	115
Veículos	9,65%	445	(401)	44	42
Equip.Informática/Software	19,95%	3.091	(2.885)	206	194
Outros Bens/Direitos	-	197		197	400
<b>Total</b>		<b>68.392</b>	<b>(50.552)</b>	<b>17.840</b>	<b>19.178</b>

(\*) A conta de Terrenos inclui reavaliação no montante de R\$ 1.081 mil.

**Notas Explicativas**

<b>Mutação do Imobilizado 3T2015/2014</b>								
	<b>Edificações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Máq/ Equip</b>	<b>Móv/ Utens</b>	<b>Veículos</b>	<b>Inf/ Software</b>	<b>Bens/ Direitos</b>	<b>Saldo</b>
Saldo Inicial 2014	<b>1.599</b>	<b>1.242</b>	<b>17.624</b>	<b>140</b>	<b>47</b>	<b>275</b>	<b>323</b>	<b>21.250</b>
Adições			90			10	77	<b>177</b>
Baixas						(27)		<b>(27)</b>
Depreciação	(60)		(2.068)	(25)	(5)	(64)		<b>(2.222)</b>
<b>Saldo Final 2014</b>	<b>1.539</b>	<b>1.242</b>	<b>15.646</b>	<b>115</b>	<b>42</b>	<b>194</b>	<b>400</b>	<b>19.178</b>
Adições	135		342			77	118	<b>672</b>
Ajuste/IFRS					2			<b>2</b>
Baixas							(321)	<b>(321)</b>
Depreciação	(44)	-	(1.564)	(18)		(65)		<b>(1.691)</b>
<b>Saldo Final 3T/2015</b>	<b>1.630</b>	<b>1.242</b>	<b>14.424</b>	<b>97</b>	<b>44</b>	<b>206</b>	<b>197</b>	<b>17.840</b>

A Companhia possui bens de seu ativo imobilizado em garantia para empréstimos e financiamentos (vide nota nº 07).

**7. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

	<b>Moeda</b>	<b>Indexador</b>	<b>30/09/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Venc.final</b>	<b>Forma de pagto.</b>
Financiamentos de Capital de Giro	R\$	Cdi	30.489	30.489	02/2017	Mensal
Financiamentos de Capital de Giro	R\$		30.489	30.489		
Financiamento de Máquinas Importadas			905	905		
– Finimp	US\$	Libor	293	293	01/2015	Trimestral
– Finimp	R\$	Taxa Fixa	52	52	01/2015	Mensal
– Finame	US\$	Taxa Fixa	560	560	05/2016	Semestral
			31.394	31.394		
Passivo circulante			21.634	21.634		
Passivo não circulante			9.760	9.760		

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos.

## Notas Explicativas

Os financiamentos e empréstimos tem como garantia, conforme o caso, alienação fiduciária, caução de títulos (duplicatas), notas promissórias e aval de acionistas.

As garantias dos financiamentos de capital de giro compõem-se de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado no valor contábil líquido de 5.077 mil em 30/09/2015 e 5.449 mil (31/12/2014);

Aplicações financeiras de R\$ 6.344 mil (31/12/2014) e R\$ 2.771 (30/09/2015).

Não houve captação de novas linhas de créditos no trimestre que atrelasse qualquer bem do ativo imobilizado como garantia. Não ocorreram variações entre os períodos de 12/2014 e 09/2015, em virtude de a empresa estar em recuperação judicial.

### 8. TRIBUTOS PARCELADOS E OUTROS:

	<b>Passivo Circulante</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>Total 30/09/15</b>	<b>Parcelados 31/12/14</b>
PAEX – PIS/COFINS/IPI e INSS	995	14.790	15.785	12.315
OUTROS	455		455	
PPI – ICMS	287	6.108	6.395	4.926
ICMS-PEP LP	1.451	3.575	5.026	4.013
<b>TOTAL</b>	<b>3.188</b>	<b>24.473</b>	<b>27.661</b>	<b>21.254</b>

A Companhia possui valores de tributos federais e previdenciários (Refis) e estaduais (PPI-ICMS/SP) em aberto, sobre os quais está se preparando para requerer o parcelamento especial previsto no art. 68 da Lei nº 11.101/05 (Lei da Recuperação Judicial e Falências).

## Notas Explicativas

### 9. PROVISÕES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	30/09/15	31/12/14
Provisões de férias e 13º salários (a)	2.518	1.947
Contas a pagar	<u>564</u>	<u>991</u>
Provisão para fretes e outros	536	966
Outras contas a pagar (comissões, serviços de terceiros e outras)	<u>28</u>	<u>25</u>
TOTAL	3.082	2.938

(a) Valores incluídos em Obrigações Trabalhistas e Encargos a pagar em 30/09/2015.

### 10. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

As demonstrações de resultado relativas ao 3º trimestre de 2015 e do exercício de 2014 apresentadas para fins comparativos, foram reclassificadas. Os honorários da Diretoria do grupo de Custo de Bens e Serviços Vendidos foram reclassificados para Despesas Gerais e Administrativas. Estas reclassificações foram realizadas com o intuito de permitir a comparação entre as demonstrações de resultado dos exercícios de 2015 e de 2014.

O valor ajustado de acordo com o IFRS, R\$ 182 mil ao final do trimestre de 2015.

### 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital integralizado em 30 de setembro de 2015 é de R\$ 23.749 mil, representado por 726.514 ações, sendo 265.160 ordinárias e 461.354 preferenciais, nominativas, sem valor nominal.

#### b) Reserva de Reavaliação:

A Companhia optou por manter o saldo da reserva até a sua efetiva realização.

## Notas Explicativas

### c) Dividendos

O Estatuto Social determina com base no Artigo 16 § 1º que o dividendo obrigatório será de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar as demais vantagens concedidas aos acionistas preferenciais, inclusive juros sobre o capital próprio cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/1995. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram apurados lucros e nem distribuídos dividendos.

## 12. COBERTURA DE SEGUROS

Bens do ativo imobilizado e estoques estão cobertos com seguros, em 30 de setembro de 2015 por montante suficiente para assegurar a reposição dos bens e a continuidade das operações da Companhia em caso de sinistros.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

## 13. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras para o trimestre findo em 30 de setembro de 2015 da Companhia foram elaboradas de acordo com a Deliberação CVM 673, de 20 de outubro de 2011 que aprova o pronunciamento técnico CPC 21(R1). As políticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores.

## Notas Explicativas

As mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa divulgados como parte das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, consideram a aplicação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (“CPCs”), aprovados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A demonstração do valor adicionado (“DVA”) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória.

### 14. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com o relatório dos auditores independentes (Ápice Auditores Independentes), emitido, em 09 de novembro de 2015 e com as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2015.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da

FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL - Em recuperação judicial

São Bernardo do Campo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL - Em recuperação judicial, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Devido aos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, não obtivemos evidências apropriadas e suficientes como base para expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias.

#### Base para abstenção de conclusão

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 14 de outubro de 2014, a Companhia ajuizou na Comarca de São Bernardo do Campo do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 13 de novembro de 2014, foi publicado o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial. Em 14 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Nos termos da referida Lei, a assembleia geral de credores para aprovação do referido plano deveria ter ocorrido no prazo de até 180 dias contados do deferimento do processamento do pedido judicial, procedimento este que não ocorreu em face da ausência de apresentação da Lista de Credores Consolidada por parte da Administradora Judicial, o que motivou os assessores jurídicos da Companhia a peticionarem em juízo em 16 de abril de 2015, requerimento à título acautelatório de mais 180 dias com fito de manter a suspensão das Ações e Execuções de Cobrança contra a Recuperanda e, conseqüentemente realizar a assembleia geral de credores. Em sentenças proferidas em 14 de julho de 2015 e em 15 de setembro de 2015 pelo MM. Juiz de Direito da Quinta Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo, foi concedido prorrogação do prazo por mais 60 dias a contar da data da decisão e, segunda prorrogação por mais 90 dias, respectivamente, quando então caberá nova deliberação a respeito. A Administradora Judicial, bem como, o Ministério Público, se manifestaram favoravelmente nos autos não se opondo aos mencionados pedidos de prorrogação.

Tendo em vista a dependência dos eventos futuros que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, a necessária regularidade fiscal da Companhia para concessão de recuperação judicial (art. 57 da Lei 11.101/05), bem como, o resultado de sua execução, não foi possível mensurar os possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2015.

Em decorrência do estágio em que se encontra o processo de recuperação judicial, existe incertezas de como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos pagos, bem como se as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia deveriam ser preparadas com base no pressuposto de continuidade normal de suas operações ou se deveriam ser preparadas em uma base de liquidação.

#### Abstenção de conclusão

Devido a relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas. Conseqüentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

#### Outros assuntos

a) Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao terceiro trimestre de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, também não expressamos opinião sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

b) Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2014, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente, (i) relatório de revisão com data de 06 de novembro de 2014 e (ii) relatório de auditoria, com data de 20 de fevereiro de 2015, ambos com abstenção de opinião em decorrência das incertezas de eventos futuros que poderiam advir da aprovação ou não do plano de recuperação judicial por parte da assembleia de credores, ainda pendente, conforme mencionamos no parágrafo “base para abstenção de conclusão” ora descrito.

São Paulo, 09 de novembro de 2.015.

Ápice Auditores Independentes S/S

CRC 2SP020.790/O-4

Paulo Rogério de Azevedo

Contador - CRC1SP 192.653/O-5